



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I- CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JOSÉ LEANDRO ALVES FERREIRA

**TRABALHO, FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO SOB A OFENSIVA
NEOLIBERAL: UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE TRABALHO NO
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB**

CAMPINA GRANDE – PB
2019

JOSÉ LEANDRO ALVES FERREIRA

**TRABALHO, FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO SOB A OFENSIVA
NEOLIBERAL: UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE TRABALHO NO
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de Bacharel
em Serviço Social

Orientadora: Dr^a. Tereza Cristina Ribeiro da
Costa

CAMPINA GRANDE – PB
2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

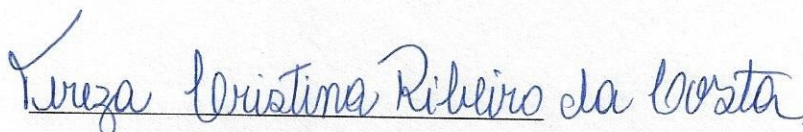
F383t Ferreira, José Leandro Alves.
Trabalho, flexibilização e precarização sob a ofensiva neoliberal [manuscrito] : um estudo sobre os processos de trabalho no município de Campina Grande - PB / Jose Leandro Alves Ferreira. - 2019.
30 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Tereza Cristina Ribeiro da Costa , Coordenação do Curso de Administração - CCSA."
1. Trabalho. 2. Ofensiva neoliberal. 3. Precarização do trabalho. 4. Reforma trabalhista. I. Título
21. ed. CDD 344.01

JOSÉ LEANDRO ALVES FERREIRA

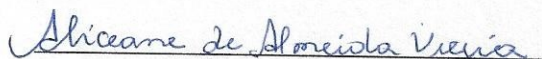
**TRABALHO, FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO SOB A OFENSIVA
NEOLIBERAL: UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE TRABALHO NO
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção do
grau de Bacharel em Serviço Social.

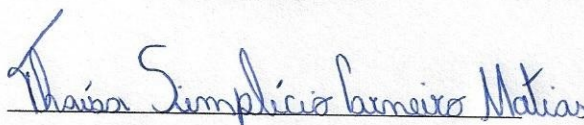
Aprovado em 03/12/2019.



Dr.^a Tereza Cristina Ribeiro da Costa / UEPB
Orientadora



Prof.^a Me. Aliceane de Almeida Vieira / UEPB
Examinadora



Prof.^a Me. Thaísa Simplicio Carneiro Matias / UEPB
Examinadora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. PROCESSOS DE TRABALHO, REFORMAS E FLEXIBILIZAÇÃO NO BRASIL: RUMO AO AGRAVAMENTO DE EMPREGO E RENDA	8
2.1 Crise e reformas trabalhistas nos governos: Lula, Dilma e Temer.....	13
2.2 Trabalho, flexibilidade e informalidade.....	15
3. OS PROCESSOS DE TRABALHO E SUAS INFLEXÕES NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E A INFORMALIDADE EM CAMPINA GRANDE - PB.....	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	27

RESUMO

A temática do processo de trabalho fez parte de nossas inquietações por três ordens de fatores: A) Nossa trajetória pessoal no mercado de trabalho. B) A vivência das disciplinas, e a experiência com o projeto de pesquisa PIBIC na UEPB. C) O cenário atual de crise e suas inflexões no mercado de trabalho. Com o objetivo de analisar o cenário atual a partir de revisão bibliográfica acerca dos processos de trabalho e implicações frente ao contexto de crise econômica. Para tal, à análise dos dados, parte do método crítico dialético de Marx, (materialismo, crítico dialético), pois só partindo dele podemos evidenciar que as relações estabelecidas por homens e mulheres como meio concreto engendram o real, já que na última década o avanço da ofensiva neoliberal no país foi mais expressiva, no entanto com o golpe político de 2016, essa ofensiva neoliberal atacou de forma deliberada e mais expressiva os direitos trabalhistas, e será lembrada como um movimento totalizante e totalizador, uma via de mão dupla, na medida em que desconstrói direitos sociais do trabalho e amplia a precarização do trabalho no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Ofensiva Neoliberal. Precarização do Trabalho. Reforma Trabalhista.

ABSTRACT

The theme of the work process was part of our concerns for three factors: A) Our personal trajectory in the labor market. B) The experience of the subjects, and the experience with the PIBIC research project at UEPB. C) The current crisis scenario and its inflections in the labor market. In order to analyze the current scenario based on a literature review about the work processes and implications in the context of the economic crisis. For this, to the data analysis, part of Marx's dialectical critical method, (materialism, dialectical critic), because only from it we can show that the relations established by men and women as concrete environment engender the real, since in the last decade the advance of the neoliberal offensive in the country was more expressive, however with the political coup of 2016, this neoliberal offensive deliberately and more expressively attacked labor rights, and will be remembered as a totalizing and totalizing movement, a two-way street, as it deconstructs social rights at work and increases the precariousness of work in Brazil.

KEYWORDS: Work. Neoliberal Offensive. Work Precariousness. Labor Reform.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo central deste Trabalho de Conclusão de Curso é analisar o cenário atual a partir de revisão bibliográfica acerca dos processos de trabalho e implicações frente ao contexto de crise econômica. Esse trabalho serve de aporte para estudantes e profissionais que tenham interesse em trabalhar ou pesquisar sobre os processos de trabalho, frente a um contexto de crise e grande avanço da ofensiva neoliberal.

Durante todo o processo de formação nos deparamos com alguns questionamentos acerca da prática profissional, no qual os processos de trabalho nos chama atenção, primeiro durante toda a discussão em sala fomentada pela disciplina de processos de trabalho, seguida do incentivo dado pela disciplina de Pesquisa, no qual realizamos uma atividade de pesquisa, sobre as formas e processos de trabalho, intitulada: O olhar que os empresários de Campina Grande têm referente a economia local, frente ao contexto de crise que o país vive.

O outro marco que podemos apontar é o próprio campo de estágio na saúde mental, mais especificamente na Emergência Psiquiátrica no qual percebemos que não existe uma dicotomia entre a execução do trabalho, independe de qual profissional a realize, da mesma forma que o trabalho, criador de valor modifica as relações homem vs natureza, as condições para a execução do trabalho frente a um contexto de desmonte de direitos sociais, não permite ao trabalhador momentos que lhe deem prazer, tirando-lhe toda a subjetividade, resumindo a vida humana apenas ao trabalho.

E por fim, o cenário atual, visto que a partir do golpe político de 2016, foi possível refletir, e vislumbrar a forma como a ofensiva neoliberal, utiliza-se do discurso da crise econômica para legitimar ações e medidas que vão na contramão dos direitos sociais, atacando diretamente os trabalhadores, a exemplo da PEC 241/55, aprovada em 16 de dezembro de 2016, consolidando-se na emenda constitucional de número 95, e a lei nº 13.467/17. Essa nova configuração nas relações de trabalho por sua vez, recaem diretamente na organização e luta dos trabalhadores, não que em governos considerados de esquerda, medidas que agradasse ao grande capital não tenham sido realizadas, porém foram realizadas e instituídas a longo prazo, diferente do que vivenciamos hoje.

E se, de um lado a classe trabalhadora sofre constantemente perdas, do outro há uma inercia por parte dessa classe, a ponto de nos questionarmos que classe trabalhadora é essa hoje? Pra entender isso, nós temos primeiro que acompanhar o processo de precarização estrutural do trabalho, que se acentuou ao longos das últimas décadas com o advento do taylorismo e fordismo e logo em seguida a partir dos anos 1970 com o desenvolvimento do toyotismo e das formas de empresa flexível, gerando um outro tipo de trabalho, cabe destacar que estamos presenciando uma ampliação do setor de serviços, aumento do trabalho digital, call center, comércio, motoboy, hipermercados, restaurantes, todos eles predominantemente desprovidos de direitos.

O trabalho do consumo de novas formas de valor, reforça o caráter flexível do trabalho, a exemplo do processo de 'uberização', além de outras empresas que lucram com esse tipo de trabalho, alegando que não assalaria essa mão de obra pois apenas realizam o intermédio entre o dono do carro ou estabelecimento com o consumidor, isso gerou uma classe trabalhadora diferenciada composta por homens e mulheres, de várias faixas etárias, qualificada ou não o que torna a classe trabalhadora hoje mais heterogênea, mais complexa, porém fragmentada. Cabe destacar que estamos vivenciando um processo de ampliação da classe média¹

¹ Classe média se distingue da classe operaria quando seu trabalho é predominantemente intelectual, e ela sonha com os valores das classes dominantes, no entanto as classes médias hoje estão em um processo de corrosão, que lhes aproxima do proletariado.

trabalhadora, setores que no passado eram considerados de classe média, advogados e médicos, por exemplo, hoje passam a atuar de forma muito mais intermitente, advogados que passam de um escritório para o outro e médicos que prestam serviço para vários tipos de convênios, afim de aumentar seus rendimentos no fim do mês. E mesmo durante o estágio na saúde mental, com a Emenda Constitucional nº95 aprovada, tendo inflexões direta na política de saúde mental, outros elementos nos chamam a atenção para além do campo de estágio. Analisar como todo esse contexto de contrarreforma vem se comportando no mundo do trabalho, em especial na cidade de Campina Grande, como os fatores: econômico e político, vivenciado por todo o país refletem nos processos de trabalho na cidade, e o quanto essa nova precarização nas relações de trabalho contribuem para o adoecimento laboral.

A metodologia utilizada parte de levantamento bibliográfico e análise documental, iniciada em julho de 2019, parte de leituras e debates sobre o tema processos de trabalho e adoecimento laboral. A pesquisa também conta com apuração de dados obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, além de livros, revistas e leis.

A análise dos dados parte do método crítico dialético de Marx (materialismo, crítico dialético), pois só partindo dele podemos evidenciar que as relações estabelecidas por homens e mulheres como meio concreto engendram o real, a dialética torna exequível a revolução do status quo, por possibilitar a compreensão de que o mundo é sempre resultado da práxis humana, seja ela marcada por relações de dominação que reificam e fetichizam a prática social, seja marcada por relações que operam a humanização dos homens e mulheres.

Marx afirma ser o próprio homem que produz sua história, sua existência se constitui por meio de sua relação com a natureza, e como ele age sobre tal, para satisfazer suas necessidades edificando-se enquanto ser social por meio do trabalho. Por tal lógica os homens produzem por seus próprios meios, com o auxílio de instrumentos os fenômenos que realizam toda a dinâmica de uma sociedade. As categorias de análise, surgem como um de seus fins, analisar os fenômenos existentes no meio social em suas múltiplas facetas e sua generalidade.

Para tal se faz necessário o desvelamento das categorias; totalidade, contradição e mediação, visto que o processo de precarização do trabalho faz parte de contradições históricas resultantes das lutas de classe, próprias da nossa formação econômica e social. Sendo assim este Trabalho de Conclusão de Curso ajudará a compreender os processos de trabalho, frente o avanço da ofensiva neoliberal, e desmonte de direitos dos trabalhadores, bem como, o serviço social através da pesquisa pode contribuir para compreensão desses processos.

Dividimos o Artigo nas seguintes seções: 2 - Processos de Trabalho, Reformas e Flexibilização no Brasil: Rumo ao Agravamento de Emprego e Renda; 2.1 - Crise e Reformas Trabalhistas nos Governos: Lula, Dilma e Temer; 2.2 - Trabalho, Flexibilidade e Informalidade; 3 - Os Processos de Trabalho e Suas Inflexões nas Condições de Trabalho e a Informalidade em Campina Grande – PB.

2. PROCESSOS DE TRABALHO, REFORMAS E FLEXIBILIZAÇÃO NO BRASIL: RUMO AO AGRAVAMENTO DE EMPREGO E RENDA

A crise econômica que assolou o mundo a partir de 2008, foi considerada uma das maiores recessões já vivenciadas, maior até que as ocorridas nos períodos de 1987-1996 e 2000 que foram recessões provocadas pela instabilidade sistêmica do capitalismo predominantemente financeiro.

Uma depressão na economia capitalista global não significa propriamente dito, que ela não cresça, mas sim, que as taxas de recuperação da atividade são tão frágeis, comparadas com aquelas do período anterior à Grande Recessão, que as economias podem desacelerar e voltar a cair numa recessão. (ALVES, 2018, p.24).

No Brasil, os impactos da crise foram vivenciados pelos governos petistas, de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), no primeiro e segundo mandato, conseguindo neste último amenizar os impactos da recente recessão, advinda da crise imobiliária vivenciada nos Estados Unidos. Facilitação de crédito, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, para linha branca, crescimento no alcance da política de distribuição de renda, crescimento do salário mínimo, recomposto com base nas perdas da inflação do ano anterior, essas medidas, adotadas pelo governo brasileiro, amenizaram ou retardaram os impactos da crise vivenciada por todo o globo naquele período. Lembrando que a crise foi tratada pelo até então presidente como uma marolinha².

Para compreender os impactos que a crise econômica de 2008 teve no Brasil e as ações adotadas pelo governo naquele período é importante analisar a forma como se comportava o governo, bem como a transição do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC), para um governo de Luiz Inácio Lula da Silva, considerado por muitos como de terceira via³.

A gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) pode ser inserida dentro de um padrão tipicamente neoliberal de políticas públicas: crescimento da dívida externa, expansão acelerada da dívida pública, expressivos déficits em conta corrente, elevadas taxas de juros, privatização, desmonte dos segmentos de maior valor agregado de nossas indústrias, desregulamentação do mercado de trabalho e abertura comercial e financeira acelerada através de políticas de valorização cambial. O governo Lula, por sua vez, enquadra-se mais tipicamente em um padrão de governo de terceira via. Volta-se para a contenção dos desequilíbrios macroeconômicos gerados no governo anterior e busca substituir a agenda de políticas públicas, mas condiciona o alcance de sua implementação à liberação de excedentes econômicos a serem alcançados através de uma gestão que preserve os contratos e os mecanismos de mercado, particularmente os do setor financeiro (MARTINS, 2007, p.3).

Nessa mesma linha de pensamento, autores como Sader (2013), defendem que não só o governo Lula, mas também o governo Dilma representam uma “reação anti-neoliberal”, apontando que as seguintes características os permitem classificá-los como Pós-neoliberais: A) Priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; B) Priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; C) Priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado.

Esse debate está longe de ser conclusivo, existem outros autores como: Druck & Filgueiras (2007); Braz (2017), apontam que o governo Lula deu continuidade a uma agenda liberal acoplada a lógica financeira ao grande capital. Outros autores, como Mota (2012) e

² Termo utilizado por Lula, em entrevista concedida após participar de carreata em São Bernardo do Campo, em 04/10/2008, ao lado do candidato a prefeito da cidade, o ex-ministro Luiz Marinho. Durante a entrevista Lula afirmou que nos Estados Unidos a crise seria um tsunami, no entanto, caso chegasse no Brasil, chegaria uma marolinha.

³ Terceira via, termo que define a corrente ideologia social-democrata. Ideologia utilizada por alguns partidários do liberalismo social. Tenta reconciliar os posicionamentos econômicos tradicionalmente associados à direita e à esquerda, adotando uma política econômica ortodoxa e políticas sociais progressistas (JUNIOR, 2007).

Castelo (2013), defendem que o governo ao mesmo tempo que implementou políticas sociais, o fez apoiando o grande capital

Sendo assim a prioridade do governo Lula foi a de conter os desequilíbrios macroeconômicos gerados durante o governo FHC, notadamente, a dívida pública e os déficits em conta corrente, os desequilíbrios sociais mais intensos através de políticas sociais para minorar a extrema pobreza.

Para isso deu continuidade ou aprofundou políticas impulsionadas ao final do governo FHC: contenção dos gastos públicos e ampliação do superávit primário, estabelecimento do câmbio flutuante e implementação de políticas sociais para uma população ameaçada com a queda dos rendimentos, o desemprego crescente e a recessão econômica. Além disso, manteve o manejo das taxas de juros, significativamente apreciadas, como o principal instrumento de controle da inflação. Por outro lado, sustou políticas como as de privatização, impulsionando em seu lugar as licitações através das parcerias público-privadas, ampliando o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no fomento da atividade industrial, o que serviu de contrapeso às políticas de altos juros (MARTINS, p. 4, 2007).

Em 2010, Dilma Rousseff, foi eleita dando continuidade à hegemonia dos governos petistas. Durante o primeiro governo Rousseff (2011-2014), à presidenta conseguiu momentaneamente manter as contas em ordem, a economia naquele período se recuperava com êxito dos efeitos da crise financeira que assolou todo o globo em 2008 e o cenário era de grande otimismo. Seu primeiro mandato apresentou traços de continuidade do governo petista antecessor, voltado predominantemente para os interesses do grande capital.

Já em seu segundo governo (2015-2016), Dilma Rousseff tinha uma agenda de proposta que contemplou os seguintes temas: Reforma Política; Infraestrutura e Mobilidade; Política Externa; Segurança Pública; Ensino Básico e Médio; Ensino; Ensino Profissionalizante e Superior; Mais Médicos e SUS; Programas Sociais; Previdência; Inflação e Salário Mínimo; Segurança Hídrica e Saneamento; Impostos e Mulheres, Negros e LGBT. No entanto, cabe destacar algumas que não conseguiram ser implementadas ou executadas, a exemplo da reforma política, que propunha maior participação popular, por meio de plebiscitos, criação de conselhos e acabar com financiamento de empresas em campanhas políticas, e mesmo com toda a pressão dos movimentos sociais não consegue executar essa proposta. Com relação a infraestrutura e mobilidade, procurava atender demanda como: Metrô, Trem, BrT, VLT, Transporte fluvial dando continuidade ao processo de modernização e ampliação de rodovias, portos e aeroportos, consequência dos grandes eventos a serem sediados pelo Brasil, como: a Copa do Mundo e as Olimpíadas. No que diz respeito à segurança pública, pretendia mudar a legislação para que a União tenha maior responsabilidade sobre a segurança; tornando permanente o modelo adotado nas 12 capitais que sediaram a Copa do Mundo, com integração das polícias estaduais e federal, coordenadas por centros de comando; incentivar os Estados a aderirem aos programas Brasil Seguro e Crack, no entanto o que ocorreu foi o aumento do Estado Penal.

No entanto parte de suas propostas não conseguiu ser implementada, diante do crescente avanço do conservadorismo. Nem mesmo as alianças realizadas para manter a governabilidade foram suficientes, a ponto do grande capital utilizar-se dos aparelhos privados de hegemonia para tachar o governo de irresponsável culminando no processo de impeachment.

[...]. Os conflitos sociais se ampliavam de um modo que o governo não conseguia controlar, o que dificultava a conciliação de interesses entre classes. No plano da relação capital-trabalho, ganhos salariais propiciados pela redução do desemprego e pelo ativismo sindical ordenado no crescimento do

número de greves vitoriosas eram objeto de reclamação do empresarial crescente. No plano da relação entre Estado e movimentos populares, a pressão por bens públicos e direitos sociais, empurrava no governo uma agenda de reivindicações de gasto público que dificilmente poderia ser atendida sem aumento da dívida pública, pressão “populista” para redução da taxa de juros e/ou uma reforma tributária que eliminasse privilégios empresariais. (BASTOS, 2017, p.5).

Em um momento de ampliação de conflitos sociais e políticos, e em uma fase de desaceleração do ciclo econômico, o governo preferiu realizar políticas que, teoricamente, apaziguariam a insatisfação do grande capital, mesmo que isso prejudicasse seus próprios aliados na base. O resultado foi o oposto do esperado: além de aprofundar a recessão e o afastamento da base aliada, a virada na política econômica alienou parte da população, o debate passou a fazendo-os, assim, achar que era verdadeira a acusação de “estelionato eleitoral” ou mesmo “traição” (BASTOS, 2017, p.8), feita pelos grandes meios de comunicação e pela oposição partidária.

Em um momento de ampliação de conflitos sociais e políticos, e em uma fase de desaceleração do ciclo econômico, o governo preferiu realizar políticas que, aparentemente, apaziguariam a insatisfação empresarial, ainda que prejudicassem seus próprios aliados na base. O resultado foi o oposto do esperado, ocorrendo no aprofundamento da recessão e o afastamento empresarial e a perda progressiva do apoio político e eleitoral. (BASTOS, 2017, p.13).

Seguindo o Governo Lula, que também propôs reformas na previdência social, buscando diminuir o gasto público, voltando-se para os interesses do grande capital, o governo Dilma Rousseff também propõe reformas na previdência social. Cabe lembrar que foi no em seu governo, que incorreu na malfadada negociação do ajuste fiscal do então ministro da Fazenda Joaquim Levy, o governo tentou apertar as regras para a concessão de pensões por morte e no fim teve de negociar a criação da regra 85/95⁴ para a concessão de aposentadorias.

Ainda no governo Dilma Rousseff, foi aprovado um pacote de medias, visando amenizar o desgaste político de seu segundo mandato, como por exemplo: Seguro-Desemprego, no qual o período mínimo de trabalho exigido para que o trabalhador que for demitido peça pela primeira vez o seguro-desemprego, passa de 12 meses para 18 meses, na segunda vez passa de 18 meses para 12 meses e na terceira vez continua sendo 6 meses. Já para as Pensões por Morte, as novas pensões não serão mais integrais, passarão a ser de 50% do salário benefício e mais 10% por dependente até completar 100%. Com relação ao Abono Salarial, conhecido como PIS, atualmente é pago a quem recebe salário mensal de até dois salários mínimos, pago a todo trabalhador que tenha pelo menos 30 dias, de trabalho registrado no ano, consecutivos ou não. Com a mudança, o trabalhador só receberá o benefício se teve pelo menos 6 meses de trabalho durante o ano e no que diz respeito ao Auxílio-Doença, o empregador paga atualmente o valor de até 15 dias por atestado médico, ficando o restante por conta do INSS. Com a reforma, o empregador ficará responsável pelo pagamento de até 30 dias de atestado médico. Além disso, será estabelecido um teto para o valor do auxílio, correspondente à média das 12 últimas contribuições.

⁴ A regra 85/95 estabelece que o trabalhador tem direito à aposentadoria integral quando sua idade e seu tempo de contribuição somados atingirem 85 anos, no caso de mulheres, e 95 anos para homens. Por exemplo; uma mulher de 53 anos com 32 anos de contribuição teria direito à aposentadoria integral, de acordo com essa regra. Já, no caso do homem, se ele tiver 57anos de idade, terá que ter 38 de contribuição para entrar na mesma regra. Fonte: SENADO FEDERAL.

Esse pacote de medidas aprovados pela presidente Dilma Rousseff, é mais uma resposta a sua proposta de campanha sobre previdência, impostos, inflação e salário mínimo, que recai diretamente sobre o contribuinte⁵ final. Ainda em 2015 a presidente Dilma Rousseff encaminha para o congresso o “pacote anticorrupção”, conjunto de propostas elaboradas pelo executivo para inibir e punir irregularidades na administração pública. É a aposta do governo para atender às cobranças de parte da população aos recentes escândalos de corrupção, o pacote reúne projetos que já tramitam no legislativo sobre o tema e novas propostas elaboradas pelo executivo, que abordam pontos como:

A) Criminalização da prática de caixa 2, utilização de recursos não declarados, especialmente em campanhas eleitorais. B) Aplicação da Lei da Ficha Limpa para todos os cargos de confiança na esfera do governo federal. C) Alienação antecipada dos bens apreendidos; após atos de corrupção para evitar que não sejam usados por agentes públicos e possam ser vendidos por meio de leilão. D) Responsabilização criminal de agentes públicos que não comprovarem a obtenção dos bens. E) Confisco de bens dos servidores públicos que tiverem enriquecimento incompatível com os ganhos. F) Assinatura do decreto que regulamenta a Lei Anticorrupção, que responsabiliza pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública e pune empresas envolvidas em corrupção com a aplicação de multas de até 20% do faturamento bruto (Brasil, 2013).

O pacote de medidas visando diminuir o desgaste político não surtiu o efeito esperado, nem tampouco o pacote anticorrupção. O governo da presidente Dilma Rousseff passa a sofrer várias críticas de aliados e opositores e o desgaste passa a ser maior com as denúncias de corrupção da Petrobrás e o suposto superfaturamento na compra da refinaria de Pasadena, bem como, outras denúncias de corrupção envolvendo de integrantes do PT que levam a abertura de inquéritos contra políticos no qual grande maioria compunha sua base aliada. A Operação Lava Jato passa a ganhar notoriedade nacional e internacional na mesma proporção que a o governo perde credibilidade e legitimidade junto à população. Assim, é deflagrado o processo impeachment de Dilma Rousseff.

Desde o princípio do processo de impeachment, o mesmo foi permeado com a tese de golpe: alguns afirmando ter sido um golpe forjado por uma farsa parlamentar/judicial que usurpou seu mandato, no qual já se agonizava desde 2015, tendo como seus executores, o Congresso Nacional e amplos setores do Judiciário, Polícia Federal, em consonância com a grande mídia burguesa. O que criou um debate dentro da esquerda Brasileira que o impeachment foi um golpe político.

Uns acham que é um golpe branco; outros que é um golpe institucional, no Brasil, a deposição da presidenta, contou com aval da Suprema Corte, do Legislativo, de parte ativa do Judiciário, da PF, com o apoio militante da nata do empresariado nativo, e, especialmente, dos oligopólios da mídia que agiram não como um “quarto poder”, mas como se fossem o primeiro poder, pautando todos os outros. Não se constituiu num golpe clássico, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma “democrática” de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos “inconvenientes” não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discursos que apelam ao “republicanismo” e, claro, à democracia. (BRAZ, 2017, p.9).

⁵ Quem suporta o ônus econômico do tributo, ou seja, a quem a carga é repassada e tem que pagá-lo, normalmente o consumidor final.

Desta forma cria-se um consenso entre os autores de que o impeachment foi um golpe, em favor da burguesia, a chamada “democracia burguesa”, restrita a uma sociedade capitalista, que não propicia uma participação real da massa do povo na direção/gestão do Estado, porque se esgota nos seus limites formais, sendo ela útil quando favorece (ou não atrapalha) os interesses de classe dos dominantes.

O derrube de Dilma Rousseff e do PT significa mais que um atentado à democracia: significa, para as classes dominantes, que é hora de uma nova hegemonia que crie condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas num cenário novo que substitua a forma hegemônica que até então serviu. Ou seja, se a forma anterior já não é mais eficaz, trata-se de construir um novo bloco de poder para criar as condições ideais. (BRAZ, 2017, p. 6).

Após o processo de impeachment, ocorre a retomada hegemônica do bloco de poder oligárquico sob a direção do capital financeiro, dando início ao governo de Michel Temer, que tem a possibilidade de executar suas ideias e propostas contidas no documento uma ponte para o futuro. Que em nada condiz com seus objetivos de retomada do crescimento econômico, de execução de políticas sociais que combatam a pobreza e de criar novas oportunidades, muito pelo contrário, o documento aponta para a necessidade de enxugar os gastos da máquina pública, indicando que o período de recessão se inicia apenas no ano de 2014, desconsideram os anos e governos anteriores, confirmando apenas que nos anos seguintes a estagnação econômica continuará. Foi também no governo de Michel Temer, que tramitou a PEC 241/55, aprovada em 16 de dezembro de 2016, consolidando-se na Emenda Constitucional de número 95, que instituiu um novo regime fiscal para vigorar nos próximos vinte anos, também conhecida como a PEC do fim do mundo, a agora aprovada EC 95, recebe o nome de Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que tem implicação diretamente na elaboração e execução, das políticas públicas⁶ e das políticas sociais⁷.

O governo Temer como governo ilegítimo adquiriu em 2016 o caráter de governo de transição com uma missão suprema: reestruturar o capitalismo brasileiro de acordo com a agenda neoliberal dando-lhe novo fôlego. (ALVES, 2016, p.4)

Nesse cenário percebe-se a defesa e o avanço de medidas de aprofundamento do neoliberalismo, de cunho conservador, a celeridade para a aprovação da reforma trabalhista no congresso reforça isto. Após sair para votação, o projeto foi aprovado na câmara dos deputados em 26 de abril de 2017 por 296 votos favoráveis e 177 votos contrários, seguindo para o senado federal, onde foi aprovado em 11 de julho por 50 a favor e 26 votos contrários, tal postura e atitude só vem a reforçar a ideia de a quem o estado burguês de fato serve.

2.1 Crise e reformas trabalhistas nos governos: Lula, Dilma e Temer

Em meio a uma “cultura da crise” Mota (1995) emerge um cenário de urgência na aprovação da reforma trabalhista, responsável por grandes mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. O argumento de que a reforma seria necessária para reduzir a informalidade no mercado de trabalho, gerar novos postos de trabalho e combater o desemprego e a crise econômica no país entra em contradição com as propostas do texto aprovado, que o mesmo flexibiliza e fragiliza as relações de trabalho. Tratada como a modernização da até então

⁶ Estratégias governamentais, relacionada às várias áreas de atuação: transporte, produção agrícola, impostos.

⁷ Estratégias ligadas ao sistema de proteção social; saúde assistência social, previdência.

“caduca⁸” CLT, representada pela Lei nº 13.467/17, a reforma trabalhista, modificou a legislação aplicada às relações de trabalho, ampliando a terceirização a níveis nunca vistos antes na história do país.

Com o total de 114 alterações na CLT, inserção de 43 novos artigos e revogação de nove. Além disso a lei que regulamenta a terceirização também sofreu reajustes. Em 14 de novembro de 2017, apenas três dias após a lei ter entrado em vigor, o até então presidente, Michel Temer assinou a medida provisória, MP nº 808/2017 que propunha alterações nos seguintes pontos: jornada de trabalho 12x36, dano extrapatrimonial, empregada gestante e lactante, autônomo exclusivo, trabalho intermitente, incidência de encargos trabalhista e previdenciário, cobrança e distribuição da gorjeta, representação em local de trabalho, negociado sobre o legislado no enquadramento do grau de insalubridade, arrecadação/contribuição previdenciária.

No mesmo ano, a Confederação Nacional da Indústria - CNI instituição máxima de organização do setor industrial brasileiro, elabora e disponibiliza um documento que traz elementos sobre a “necessidade da Reforma trabalhista” chamando, modernização trabalhista.

O documento traz uma breve introdução sobre o posicionamento da CNI, a respeito da reforma trabalhista;

Relações do trabalho são reconhecidamente diferenciais para o crescimento, a produtividade e o desenvolvimento de qualquer país. O desafio de fazer com que as relações de trabalho privilegiem o diálogo e confirmem segurança jurídica para os envolvidos é também o desafio de garantir sustentabilidade para as empresas, competitividade no mercado nacional e internacional e de estimular a geração de mais e melhores empregos. Há bastante tempo o Brasil já precisava ter enfrentado esse desafio, pois o principal instrumento legal trabalhista brasileiro, a CLT, criada na década de 1940, apesar de sua motivação e importância na época para consolidar direitos e proteger os trabalhadores, há muito não atendia às demandas das novas formas de trabalhar e produzir surgidas nesses mais de 70 anos [...] (CNI, 2017, p.1).

A necessidade de enfrentar esse “desafio” como é colocada no documento, é um elemento que nos remete e reforça ainda mais a necessidade que a elite burguesa, detentora dos meios de produção, usam como forma de mascarar e até mesmo de romantizar a reforma trabalhista, deixando de lado, toda a desigualdade, e ampliação da precarização que está por vir.

O choque de capitalismo, representa a constituição da nova ordem social neoliberal que se caracteriza por mudanças estruturais no regime de acumulação de capital, com dimensão da nova precariedade salarial, a reestruturação produtiva dos novos locais de trabalho com a adoção a métodos e gestão toyotista, acoplado as novas tecnologias organizacionais. (ALVES, 2018, p.11).

As reformas trabalhistas “são reformas laborais *totalizadoras*” (ALVES, 2018, p.56), que buscam alterar profundamente o modo de regulação da venda da força de trabalho, rompendo de vez com o contrato social e reproduzindo a dinâmica “*sociometabólica do fascismo social*” (ALVES, 2018, p.56), baseada no novo padrão de relação capital-trabalho disseminada em nível mundial (desconstrução do contrato de trabalho-padrão, flexibilização da jornada de trabalho e restrição a negociação coletiva com sindicatos). Sendo assim, as reformas

⁸ Termo utilizado de cunho pejorativo, pelos defensores da reforma trabalhista para definir a CLT como ultrapassada, no qual já não respondia as demandas colocadas pelo atual mercado de trabalho.

trabalhistas realizadas dentro do sistema capitalista em sua fase de crise estrutural, intensifica a desestruturação do mercado de trabalho por meio da flexibilização, aumentando as formas de trabalho precário, incidindo em baixos salários e sem nenhum tipo de proteção social.

2.2 Trabalho, Flexibilidade e Informalidade

De acordo com Alves, (2018) a precarização do trabalho no Brasil no século XXI é caracterizada pela constituição de uma nova precariedade salarial, que é baseada na lógica do trabalho flexível, alterando substancialmente, não somente a relação salarial, como a forma de organização do trabalho, a flexibilização do trabalho, introduz novos elementos, novas tecnologias, que forçam os trabalhadores a se transmutarem, e passarem por uma metamorfose, que cria um novo tipo de trabalhador, mais ajustado e adequado ao novo mundo do trabalho.

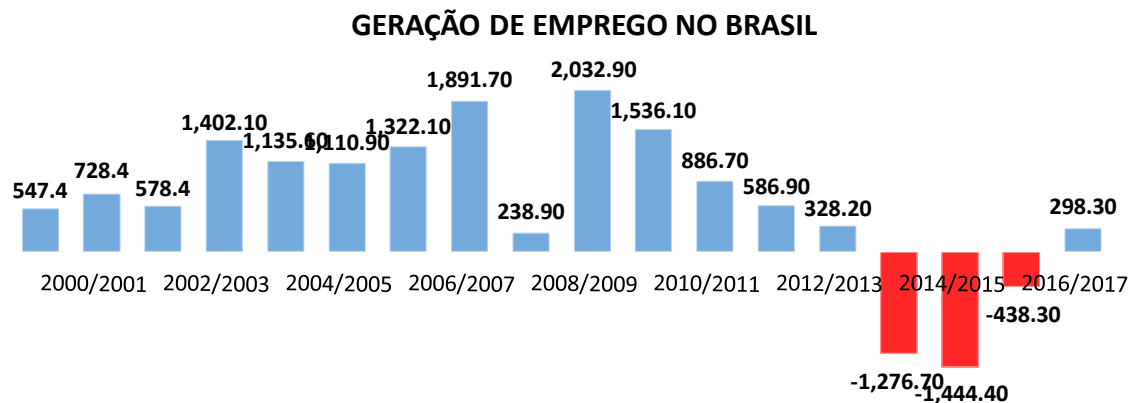
A nova precariedade salarial produz impactos no metabolismo social do trabalho no século XXI, [...] novas tecnologias informacionais acopladas à gestão toyotista (método just-in-time, e a automação), contribuíram para a intensificação do tempo de trabalho e o aumento do estresse laboral, (ALVES, 2018, p.13).

O trabalho flexível e a nova precariedade salarial são elementos cruciais da ofensiva do capital na produção, visando desvalorizar o capital variável como meio de reduzir a composição orgânica do capital e resgatar a lucratividade efetiva num patamar adequado a massa de capital-dinheiro, acumulada com a ofensiva do capital, na era do capitalismo neoliberal.

Com o capitalismo flexível, a taxa de exploração adquiriu dimensões gigantescas, provocando a síntese da mais-valia absoluta e mais-valia relativa. [...] com o “salto mortal” da produtividade do trabalho, o denominador da composição orgânica do capital (o capital variável), decresce, implodindo os parâmetros categoriais da jornada de trabalho e da forma de salário, (ALVES 2018, p.15-16).

No Brasil, o reflexo da flexibilização advinda da reforma trabalhista, ao contrário do que era colocado, não estimulou muito menos aumentou de forma considerável o número de contratação, durante a tramitação da reforma trabalhista pelo congresso, o discurso do governo de que após a aprovação da reforma trabalhista, seria gerado mais de 2 milhões de empregos com carteira assinada pelo país, porém segundo dados do IBGE e CAGED, mostram que um ano após a aprovação da reforma trabalhista, menos da metade dessa cifra foi atingida.

Gráfico 1 - Geração de empregos no Brasil



Fonte: IBGE/CAGED, 2018

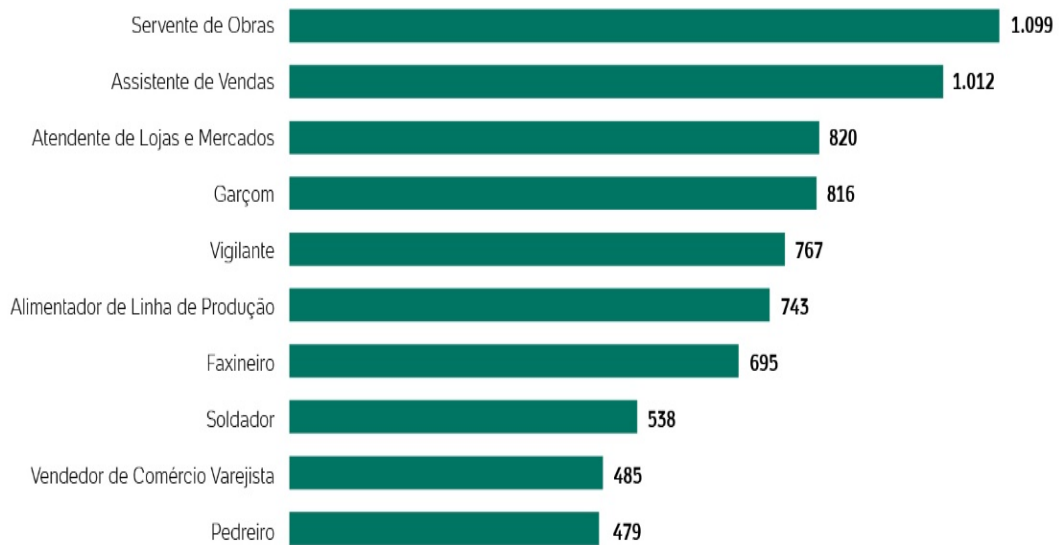
O gráfico 01, nos mostra um cenário atípico entre os anos de 2014 e 2016, com refração dos níveis de emprego como não se via nos últimos 20 anos. Essa informação é importante para avaliarmos a dimensão da crise local e os impactos na classe trabalhadora. Por sua vez, a geração de empregos ocorrida em 2017 ainda é incipiente e carece de análises mais consistentes para ver sua articulação com as medidas adotadas na reforma trabalhista.

É possível identificar que o quantitativo de empregos gerados, um ano após a reforma trabalhista ser aprovada não foi como o esperado, o número de empregos formais com carteira assinada, gerado entre novembro de 2017 a setembro de 2018, foi pouco mais de duzentos e noventa mil novos empregos, um número bem abaixo do que pretendia o até então governo, chegando a apostar na geração de quase 2 milhões de postos de trabalho. É importante destacar também que nesse período a taxa de subutilização⁹ é maior que a taxa de desempregados no ano de 2018.

Na taxa de subutilização é considerado o quantitativo de desempregado somado aos que gostariam de trabalhar mais horas do que estão trabalhando atualmente mais os que poderiam trabalhar, porém não estão procurando emprego. Ou seja, um reflexo dos contratos de trabalho intermitente, em 2017, o aconteceu no Brasil mais uma edição do Rock in Rio, evento segundo dados da organização, gerou mais de 20 mil empregos, movimentando na economia da cidade do Rio de Janeiro mais de 1,4 bilhão.

⁹ São considerados subutilizados, aqueles que trabalham menos de 40 horas por semana e gostariam de trabalhar mais.

Gráfico 2 - Áreas que contrataram trabalhadores de forma intermitente (sem salário fixo, ganhando apenas por horas trabalhadas)



Fonte: IBGE/CAGED, 2018

Quando se fala de trabalho intermitente¹⁰, e áreas de atuação, o número de trabalhadores empregados sem carteira assinada aumentou de 10,979 milhões para 11,511 milhões, o que significa 532 mil pessoas a mais sem direitos trabalhistas, refutando o discurso de que a reforma trabalhista reduziria o número de trabalhadores informais.

O conceito de trabalho informal que para países desenvolvidos diz respeito a uma situação passageira ou forma de trabalho aquém do valor, no Brasil, o informal adquiriu a forma de valor na medida em que se constitui a dinâmica de acumulação capitalista (ALVES, 2018, p.24).

A nova formação profissional exige não apenas habilidades técnico-operacionais, mas habilidades comportamentais e (morais) capazes de tornar o trabalho vivo adequado ao princípio toyotista da “automatização”, isto é, torna-los operadores capazes de intervir no processo de produção, visando resolver problemas ou dar palpites para otimiza-lo.

Esta é a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, [...] o espírito do toyotismo que permeia o discurso da organização do trabalho flexível, atribui aos trabalhadores assalariados, um novo léxico: “colaboradores” (ALVES, 2018, p.19).

Toda essa reconfiguração no mundo do trabalho no Brasil, após a reforma trabalhista tem ramificações por várias esferas da vida social e econômica do trabalhador.

¹⁰ Considera-se como intermitente o Contrato de Trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, por exemplo algumas datas como páscoa, carnaval, dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, demandam em um aumento no número de pessoas em busca de serviços, conseqüentemente o número por força de trabalho que ajude a dar conta dessa demanda também cresce. Em linhas gerais, o trabalho intermitente é uma forma de regularizar o que popularmente conhecido “bico”.

O projeto de sociedade brasileira que se constitui como nova ofensiva neoliberal do governo [...] de Michel Temer é o projeto de hipermodernidade neoliberal periférica. No Brasil, a lógica da hipermodernidade se consubstanciou normativamente no âmbito da legislação laboral com a lei da terceirização e da reforma trabalhista, (ALVES, 2018, p.43).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, trazia periodicamente dados sobre Pesquisa Mensal de Emprego – PME, as características de trabalho e das formas de inserção da população ocupada no mercado de trabalho, como também à atualização da cobertura temática da pesquisa e sua adequação às recomendações da OIT - Organização Internacional do Trabalho.

No entanto a PME, foi descontinuada em março de 2016, com a divulgação dos resultados referentes ao mês de fevereiro de 2016. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, substitui a PME por abranger todo o País, a PNAD se torna mais completa, dessa forma o IBGE consegue atender as demandas de seus usuários por informações conjunturais sobre a força de trabalho, com abrangência nacional.

Sempre nos primeiros meses de cada ano, é comum perceber um leve aumento no número de desempregados, devido ao fim dos contratos de trabalhos curtos ou temporários como no Natal e no ano novo. Para entender melhor sobre o que é o desemprego o IBGE, considera desempregado ou desocupado, a mesma coisa pois o IBGE contabiliza como desempregado aquele que está sem emprego, mas em busca proativa de um novo, como enviar currículos ou responder anúncios de vagas nos 30 dias que antecedem suas pesquisas.

O IBGE, também traz algumas definições para entendemos os tipos de classificação para as pessoas desempregadas, como por exemplo a subocupado; sendo é aquele indivíduo que trabalha menos de 40h por semana e sente-se disponível para trabalhar mais, estando abaixo do seu potencial produtivo ou buscando complementar renda. O desalentado, normalmente, são pessoas que perderam o emprego e desistiram de buscar vagas, seja por estarem mudando de carreira, seja por não conseguirem retorno em processos seletivos. Força de trabalho potencial; existem duas maneiras de estar abaixo do seu potencial de trabalho: procurar emprego, mas não está disponível; ou está desocupado, sem buscar proativamente um trabalho.

No Brasil no ano de 2018, segundo dados do IBGE, através da PNAD, o número de pessoas desocupadas vem se concentrado entre as faixas etárias de 18-39 anos de idade (PNAD/IBGE, 2018), o que é preocupante já que essa faixa etária seria a mais produtiva para o mercado, na geração de que transformaria seu trabalho em valor, em benefício do capital.

3. OS PROCESSOS DE TRABALHO E SUAS INFLEXÕES NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E A INFORMALIDADE EM CAMPINA GRANDE - PB

Campina Grande é um município brasileiro no estado da Paraíba, considerada um dos principais polos industriais da Região Nordeste, é um importante centro universitário, contando com vinte e uma universidades e faculdades, sendo três delas públicas, possui uma área territorial com cerca de 593,026 km² e população estimada em 409.731, com IDH ¹¹em 0,720 no ano de 2010, e com PIB per capita¹² em R\$ 20.534,71 milhões

Na cidade de Campina Grande, de acordo com dados obtidos pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, obtivemos o quantitativo de admissões e dispensa

¹¹ O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é o que calcula os dados econômicos e sociais, de uma região, vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).

¹² A renda per capita ou rendimento per capita é um indicador que ajuda a medir o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região.

de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, também através do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho – PDET, foi possível identificar a situação do comércio na cidade de Campina Grande, no qual foram admitidos 24.083 mil trabalhadores e demitidos 23.562 mil, cabe destacar ainda que das 24.083 mil admissões, 994 foram admissões de jovens aprendizes.

No ano de 2018, Campina Grande teve um montante de movimentações no comércio, postos de trabalho que foram preenchidos e esvaziados. Resultado dos impactos da recessão que o país enfrenta. Podemos analisar que dos setores que mais contrataram está o comércio varejista, seguido serviços de alojamento¹³, alimentação, logo após comércio e administração de imóveis, construção civil, indústria de calçados e comércio atacadista. Campina Grande, registrou uma movimentação de 47.645 mil postos de trabalho, no qual 23.562, foram demissões e 24.083 foram de admissões. Os setores que mais contrataram em Campina Grande em 2018 foram: o comércio varejista, que pode ser explicado pela abertura de pequenas lojas no último ano na cidade, seguido pelo, serviços de alojamento (hotelaria), alimentação, reparação e manutenção, que é impulsionado pelos trinta dias de festa do São João de Campina Grande, seguidos pelo comércio e administração de imóveis e valores imobiliário, explicado pelo crescente número de empreendimentos em Campina Grande, a construção civil, também foi impulsionada pela construção do completo habitacional Aluizzio Campos, com mais de 4.100 residências, entre casas e apartamentos, indústria de calçados, tem destaque já que Campina Grande é um polo calçadista, empresas como Alpargatas SA, Coteminas e TESS Industria, tem sede na cidade e são responsáveis por grande parte da geração de emprego na cidade, já o comércio atacadista, teve impulso no último ano com a abertura de novas grandes redes de supermercado na cidade, exemplo do Grupo Rede Compras – GRD, e Grupo Rio do Peixe, o ensino, aparece com o destaque, pois no último ano, surgiram vários polos educacionais na cidade, como: Pitágoras, Uninove, Claretiano, entre outros, e um destaque especial para os transportes e comunicação, no qual o primeiro, se explica pela expansão do uso dos aplicativos de mobilidade na cidade, a uberização¹⁴, que oferece desde um serviço de transporte até opções de deliverys.

¹³ Serviços de hospedagem – hotelaria.

¹⁴ Termo utilizado para se referir ao aplicativo de mobilidade UBER.

Quadro 1 – Setores de atividade que mais admitiram no município de Campina Grande – 2018

SETORES QUE MAIS CONTRATARAM	Nº
01-Extrativa mineral	9
02-Indústria de produtos minerais não metálicos	79
03-Indústria metalúrgica	207
04-Indústria mecânica	82
05-Indústria do material elétrico e de comunicações	24
06-Indústria do material de transporte	8
07-Indústria da madeira e do mobiliário	97
08-Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	97
09-Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	152
10-Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	261
11-Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	275
12-Indústria de calçados	2387
13-Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	330
14-Serviços industriais de utilidade pública	101
15-Construção civil	2513
16-Comércio varejista	4905
17-Comércio atacadista	1566
18-Instituições de crédito, seguros e capitalização	70
19-Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	3975
20-Transportes e comunicações	553
21-Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	4126
22-Serviços médicos, odontológicos e veterinários	964
23-Ensino	1230
24-Administração pública direta e autárquica	7
25-Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	65
TOTAL	24083

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI 4.923/65, 2018

Cabe destacar também ainda no setor dos serviços, que outro grande gerador de empregos na cidade são os Call Centers, hoje a cidade comporta duas grandes empresas de Call Centres, responsáveis por serem a porta de entrada de muitos jovens no mercado de trabalho, isso pode explicar o porquê no ano 2018 não ter tido nenhum saldo negativo na geração de empregos.

No entanto isso não quer dizer que as pessoas contratadas como jovens aprendizes tenham sido efetivadas, pois no ano de 2018 foram demitidos 1.173 jovens aprendizes referentes as contratações de 2017.

Com a automatização do trabalho de tele operador, os ganhos de produtividade alcançados à custa de um acentuado aumento da fadiga física, postura automatizada dos contratos de trabalho em tempo parcial, da vertigem oriunda da multiplicidade das chamadas e do adoecimento no trabalho (BRAGA, 2012, p.190).

Hoje empresas de Call Center, contam com um vasto leque de perfis de atendentes, uns com alto nível de escolaridade e outros não, hoje existe uma flexibilidade na hora de contratar, o que definira o perfil do trabalhador a ser contratado será o tipo de cliente¹⁵ que o Call Center, prestara serviço, pois além de prestarem atendimento ao cliente, através dos serviços de telecom, bancos dentre outros, também atuam na prestação de serviços¹⁶ para o terceiro setor¹⁷. No entanto, independentemente da qualificação da mão de obra dos telemarketings, os salários ainda não acompanham seu nível de qualificação e muitos usam os Call Center como ponte, enquanto buscam ocupações mais valorizadas, o que também explica o grande índice de *turnover*¹⁸ dos Call Center.

Além disso, a contratação na cidade de Campina Grande de trabalhadores intermitentes foram de 111, contra 44 demissões. É perceptível o quanto de trabalhadores na informalidade em Campina Grande, desde vendedores de balas e doces até vendedores de água nos semáforos, sendo estes últimos o que possui o maior número, é gritante a quantidade de pessoas realizando esse tipo de comercio pelas ruas da cidade.

A noção de “trabalho informal” caracteriza não apenas os setores periféricos e menos dinâmicos da acumulação de capital, mas também a núcleos mais dinâmicos da produção e reprodução capitalista. Com a individualização das relações jurídicas de trabalho e a descoletivização da relação laboral, observamos a informalização do trabalho capitalista, com o trabalho flexível [...] provocando alterações na morfologia social do labor (ALVES, 2018, p.23).

O trabalho informal diz respeito a uma situação passageira ou forma de trabalho aquém do valor, segundo análise de Alves (2018, p. 24), citado por Oliveira (2013), “o trabalho informal está implicado com a forma do valor no caso dos países capitalista que possuíam uma reserva de força de trabalho pré-capitalista que se deslocariam para as cidades e proveriam os serviços nas cidades que industrializavam (a superpopulação latente do capital, como diria Marx). Já dos setores que amis demitiram em Campina Grande em 2018, conforme quadro nº 02 abaixo:

¹⁵ Termo utilizado para se referir a quem a empresa contratada prestara serviço.

¹⁶ A AeC - uma das maiores empresas de Contact Center do Brasil - iniciou sua primeira operação com um cliente do 3º setor. Com 70 posições de atendimento, em Belo Horizonte, a empresa inicia uma nova carteira de clientes, focada no atendimento à população, aliando serviços e responsabilidade social. O CEO da AeC, Alexandre Moreira, comenta que o foco é estabelecer um canal de atendimento à população, onde eles possam tirar suas dúvidas sobre os serviços prestados pelo cliente, como auxílio saúde, cadastro para distribuição de cestas básicas, pagamentos de indenizações, atendimento psicológico, assistência social, entre outros. "Esse é um mercado importante, em expansão e estratégico para nós. A AeC já procura ampliar sua atuação junto a esse setor que une serviços e responsabilidade social", completa.

¹⁷ Iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil.

¹⁸ Termo utilizado no RH para se referir a rotatividade.

Quadro 2 – Setores de Atividade que mais Demitiram no Município de Campina Grande, 2018

SETORES QUE MAIS DEMITIRAM	Nº
01-Extrativa mineral	-14
02-Indústria de produtos minerais não metálicos	-150
03-Indústria metalúrgica	-265
04-Indústria mecânica	-67
05-Indústria do material elétrico e de comunicações	-29
06-Indústria do material de transporte	-8
07-Indústria da madeira e do mobiliário	-151
08-Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	-143
09-Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	-123
10-Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	-226
11-Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	-341
12-Indústria de calçados	-1.658
13-Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	-444
14-Serviços industriais de utilidade pública	-96
15-Construção civil	-2.859
16-Comércio varejista	-4.838
17-Comércio atacadista	-1.550
18-Instituições de crédito, seguros e capitalização	-62
19-Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	-4.205
20-Transportes e comunicações	-675
21-Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	-3.738
22-Serviços médicos, odontológicos e veterinários	-797
23-Ensino	-1.045
24-Administração pública direta e autárquica	-7
25-Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	-71
Total	-23.562

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI 4.923/65, 2018

Assim como o setor que mais contratou, o setor varejista foi o que mais demitiu, seja por fechamento de grandes lojas, seja pela enxugamento no quadro de funcionários, seguidos pelo comércio e administração de imóveis e valores imobiliários, construção civil, serviço de alojamento, alimentação, reparação e manutenção e indústria de calçados, mais um exemplo de que as contratações por curto espaço de tempo, foi bastante utilizado na cidade, em ocasiões que demandaram de mão de obra, seja, no início do ano escolar, carnaval, páscoa, mês do dia das mães, são João, mês do dia dos pais e do evento liquida campina, mês do dia das crianças e natal, a procura por mão de obra temporária é significativa, no entanto após esses períodos o movimento tende a cair e conseqüentemente, os postos de trabalho tendem a desaparecer. E os novos postos de trabalho que surgem exigem mais tempo de trabalho;

Quadro 3 – Horas dos Trabalhadores Demitidos e Admitidos vs Quantidade de Trabalhadores em Campina Grande, 2018

HORAS TRAB. DOS DEMITIDOS	QUANT. DE TRABALHADORES	HORAS TRAB. DOS ADMITIDOS	QUANT. DE TRABALHADORES
Até 12h	327	Até 12h	560
13h a 15h	31	13h a 15h	33
16h a 20h	381	16h a 20h	593
21h a 30h	1.098	21h a 30h	1.182
21h a 40h	2.623	21h a 40h	2.275
41h a 44h	19.102	41h a 44h	19.440

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI 4.923/65, 2018

As tabelas acima confirmar mais uma vez que os novos contratados passaram a trabalhar mais horas do que os trabalhadores demitidos. Os salários também reduziram conforme tabela abaixo;

Quadro 4 – Faixa Salarial dos Trabalhadores Admitidos e Demitidos vs Quantidade de Trabalhadores em Campina Grande, 2018

FAIXA SALARIAL DOS ADMITIDOS	QUANTIDADE DE TRABALHADORES	FAIXA SALARIAL DOS DEMITIDOS	QUANTIDADE DE TRABALHADORES
Até meio salário mínimo	295	Até meio salário mínimo	463
0.51 salários a 1.0 salário	4.913	0.51 salários a 1.0 salário	6.246
1.01 salário a 1.5 salário	15.251	1.01 salário a 1.5 salário	14.521
1.51 salário a 2.0 salários	1.464	1.51 salário a 2.0 salários	1.188
2.01 salários a 3.0 salários	671	2.01 salários a 3.0 salários	601
3.01 salários a 4.0 salários	216	3.01 salários a 4.0 salários	119
4.01 salários a 5.0 salários	82	4.01 salários a 5.0 salários	53
5.01 salários a 7.0 salários	97	5.01 salários a 7.0 salários	37
7.01 salários a 10.0 salários	71	7.01 salários a 10.0 salários	52
10.01 salários a 15.0 salários	21	10.01 salários a 15.0 salários	10
15.01 salários a 20.0 salários	5	15.01 salários a 20.0 salários	1
Mais de 20 salários	8	Mais de 20 salários	3

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI 4.923/65, 2018

Esses dados apontam para o fato de que hoje na cidade de Campina Grande os trabalhadores que estão sendo contratado, terão que trabalhar muito mais tempo (horas de trabalho) para equiparar seus salários ao que era pago anteriormente, e quando não é possível realizar esse complemento por meio da jornada de trabalho “legal” os trabalhadores recorrem ao “bicos” seja nos finais de semana quando deveriam está de folga, ou até mesmo existe aqueles que após a jornada de trabalho decide se aventurar como entregador (a), nos inúmeros

deliverys existentes na cidade, mais uma vez corroborando com a ideia de que o setor de serviços é o que mais causa abstração do sujeito enquanto trabalhador.

A nova precariedade salarial implicou não apenas nas novas modalidades de contratação flexível, mas a nova condição salarial nos locais de trabalho, que alterou a remuneração salarial e a jornada de trabalho (ALVES, 2018, p. 27).

Essas condições vivenciadas pelos trabalhadores, indica o número crescente de trabalhadores que vem passando por processos de adoecimento no Brasil, em decorrência de suas atividades laborais, de acordo com o Observatório Digital de Saúde laboral, em Campina Grande, só no ano de 2018 foram concedidas 253 concessões de benefício previdenciário – auxílio doença/acidente de trabalho (B91¹⁹), e 6 concessões de benefícios previdenciário por invalidez, por acidente de trabalho (B92²⁰). Ainda de acordo com Observatório Digital de Saúde laboral, em Campina Grande, no ano de 2018 foram registrados, 1.383 acidentes de trabalho e 1.189 doenças do trabalho, porem via CAT²¹, apenas 854 foram formalizadas, no qual 2 notificações ocorreram óbito. Em linhas gerais o observatório trás as atividades econômicas que mais comunicam acidentes de trabalho são: atividades de atendimento hospitalar, comercio varejista e mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, hipermercados e supermercados, administração pública em geral, construção de edifícios.

O processo de adoecimento dos trabalhadores vincula-se predominantemente às transformações geradas pela reestruturação produtiva do capital ocorrida na era neoliberal no Brasil (desde a década de 1990). No caso específico do Brasil, a nova ordem neoliberal instaurou uma dinâmica interna própria de países capitalistas de origem colonial -escravista, com industrialização dependente e hipertardia, fundada na superexploração da força de trabalho (CASULO, 2018, p.64).

Além disso, conforme análise de Vasconcelos & Faria (2008), cabe destacar que os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho são resultado de contextos de trabalho em interação com o corpo, tais como: (A) a falta de trabalho ou a ameaça de perda de emprego; (B) o trabalho desprovido de significação, sem suporte social, não reconhecido; (C) situações de fracassos, acidente de trabalho ou mudança na posição hierárquica; (D) ambientes que impossibilitam a comunicação espontânea, manifestação de insatisfações e sugestões dos trabalhadores em relação à organização; (E) fatores relacionados ao tempo, o ritmo e o turno de trabalho; (F) jornadas longas de trabalho, ritmos intensos ou monótonos, submissão do trabalhador ao ritmo das máquinas; (G) pressão por produtividade; (H) níveis altos de concentração somada com o nível de pressão exercido pela organização do trabalho e (I) a vivência de acidentes de trabalho traumáticos.

As modificações na sociedade e nas relações sociais de produção, no decorrer do desenvolvimento do capitalismo, foram acompanhadas de mudanças nas manifestações de sofrimento e psicopatologia nos indivíduos. [...] no Brasil coexistem múltiplas situações de trabalho caracterizadas por diferentes estágios de incorporação de tecnologia, diversas formas de organização e

¹⁹ Auxílio-doença acidentário. É devido quando a incapacidade decorre de acidente do trabalho ou de outras situações que a lei atribui os mesmos efeitos que o acidente de trabalho. É o caso das doenças profissionais ou do trabalho, bem como do acidente de trajeto, entre outras.

²⁰ Aposentadoria por Invalidez de Acidente de Trabalho.

²¹ É um documento emitido para reconhecer tanto um acidente de trabalho ou de trajeto bem como uma doença ocupacional.

gestão, relações e formas de contrato de trabalho que se refletem sobre a saúde do trabalhador. O processo de reestruturação produtiva, a partir da década de 1990, com a adoção de novas tecnologias, métodos gerenciais e precarização das relações de trabalho (VASCONCELOS & FARIA, 2008, p.455).

Diante do exposto fica evidente, o quão o trabalhador é explorado para satisfazer os interesses do capital, que o trabalho como fundante do ser social, não encontra nenhuma manifestação de prazer naquilo que executa, no qual o neoliberalismo aproveita-se da tradição histórica brasileira de baixos salários para extrair o máximo de mais-valia, associando a baixa mão de obra, com intensos ritmos de produção.

A nova ordem neoliberal, os trabalhadores ficam desprotegidos, uma vez que, com a flexibilização das leis trabalhistas, eles não têm a seguridade social garantida. No período do neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, as doenças dos trabalhadores que mais cresceram foram doenças osteomusculares (causados por esforço ou repetição) e doenças mentais, sobretudo as depressões e sentimentos de fracasso que incapacitam os sujeitos de qualquer atividade laboral – isto é, doenças do produtivismo neoliberal lastreado no regime de acumulação flexível (CASULO, 2018, p.67).

E com o atual governo como coloca Iasi (2019) “A bizarrice burlesca do governo atual não é uma característica contingente. Ela é a forma necessária do Estado burguês em um momento em que nenhuma racionalidade minimamente séria consegue mais ligar os intensões neoliberais aos resultados obtidos”. A forma como o atual governo vem conduzindo os assuntos de interesse nacional é tido como piada, um governo que em menos de um ano, conseguiu acabar com conquistas de lutas anteriores, conseguindo aprovar uma reforma da previdência, alinhado com a EC 95, que congela os gastos públicos por vinte anos, nos traz a flexão de que se ainda será possível que algo pior possa está por vir, afinal o que esperar de um governo, que governa em nome de Deus, e da sua família.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste Trabalho de Conclusão de Curso é analisar o cenário atual a partir de revisão bibliográfica acerca dos processos de trabalho e implicações frente ao contexto de crise econômica. Esse trabalho serve de aporte para estudantes e profissionais que tenham interesse em trabalhar ou pesquisar sobre os processos de trabalho, frente a um contexto de crise e grande avanço da ofensiva neoliberal.

Ao perceber todos esses impactos que a crise provocou, surge um discurso de emergência na aprovação de uma Reforma Trabalhista. Utilizando-se dos argumentos de que tal reforma seria necessário para reduzir a informalidade no mercado de trabalho, gerar novos postos de trabalho, porém todo esse cenário criado resultou na flexibilização e fragilização das relações de trabalho, indo contra os direitos obtidas pela CLT.

Todo esse discurso que a elite burguesa vem reforçando, estratégias que fragilizam, desmobilizam e fragmentam a classe trabalhadora. O reflexo da flexibilização advinda da reforma trabalhista, ao contrário do que foi colocado, não estimulou, muito menos aumentou de forma considerável o número de contratações, como foi mostrado nos estudos para elaboração desse trabalho. Toda essa reconfiguração no mundo do trabalho no Brasil, após a reforma trabalhista, nos mostra uma nova configuração nas relações e processos de trabalho.

Campina Grande é um município paraibano, considerado um dos principais polos industriais do Nordeste, no qual através de dados obtidos pelo CAGED e PDET, é possível

observar que no ano passado, a cidade teve uma movimentação no comércio, vagas foram preenchidas e esvaziadas, resultante dos impactos da recessão que o país enfrenta.

Um dos setores que merece destaque é o de telemarketing que mesmo sendo um grande gerador de empregos na cidade, é responsável introduzir muitos jovens no mercado de trabalho, porém na proporção que contrata também demite. Essas empresas contam com um vasto perfil profissional desde aprendizes até pessoas com um alto nível de escolaridade. Porém, independente da escolaridade do trabalhador, os salários não se equiparam aos níveis da qualificação profissional.

Portanto, é de suma importância trazer a reflexão sobre o tema, para que assim possamos contribuir, para que novos debates sejam realizados, tanto nas instituições de ensino, quanto no nosso cotidiano.

Os dados apontam que, hoje os trabalhadores que estão sendo contratados terão que trabalhar mais para equiparar o salário ao que era pago anteriormente, quando isso não é possível, os trabalhadores se submetem a outras ocupações para conseguir complementar a renda. Essas condições são crescentes no país, e resulta no adoecimento dos trabalhadores, aumentando o número de auxílio doença, benefícios previdenciários. Além disso, cabe destacar que os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho.

Esse processo de construção do conhecimento, não é fácil, e não é algo que se encontra pronto e acabado, no mundo do trabalho sempre encontraremos situações e momentos históricos que colocaram na agenda do dia debates frente aos avanços e investidas da ofensiva neoliberal e desmonte de direitos. Dessa forma, cabe a nós trabalhadores, reivindicarmos, e lutarmos, não só para manter os poucos direitos que ainda temos, bem como, para recuperar os que já nos foi retirado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. 2016. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/htm>.> Acesso em 03 de setembro de 2019.
- ALVES, Giovanni. **A longa depressão do século 21 e a era da barbárie social – I**. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/01/26/a-longa-depressao-do-seculo-21-e-a-era-da-barbarie-social-i/htm>.> Acesso em 03 de setembro de 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho**. 2013. São Paulo: Expressão Popular.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** 2015. São Paulo: Cortez.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia**. 2017. Revista Economia Contemporânea, p.1-63.
- BOMFIM, & Mariana. **Nova CLT completa um ano**. 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/apos-um-ano-reforma-trabalhista-nao-criou-empregos-prometidos-e-informalidade-cresceu/index.htm>.> Acesso em 28 de agosto de 2019.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista** 2012. São Paulo: Boitempo.
- BRASIL. Lei 12.856 de 1 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12856.htm.> Acesso em 18 de agosto de 2019.
- BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.> Acesso em 21 de agosto de 2019.
- BRASIL. Lei 13.467 de 13 de julho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm.> Acesso em 21 de agosto de 2019.
- MERELES, Carla. Entenda a Lei da Ficha Limpa. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lei-da-ficha-limpa-entenda/>.> Acesso em 23 de agosto de 2019.
- BRASIL. Lei 135 de 4 de junho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp135.htm.> Acesso em 23 de agosto de 2019.
- BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. 2017. Serviço social e sociedade, São Paulo, Nº 128, 85-103.
- CASULO; SILVEIRA; ALVES, Ana Celeste, Carla, Giovanni. **Precarização do trabalho e saúde mental o brasil na era neoliberal**. 2018. BAURU: PRAXIS.

DRUCK; FILGUEIRAS, Graça, Luiz. **Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula**. 2007. Revista katálysis v.10 n.1 Florianópolis, p.50-62.

G1. **Entenda a compra da refinaria de passadena pela petrobras**. 2014. Disponível em:<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/03/entenda-compra-da-refinaria-de-pasadena-pela-petrobras.html>.> Acesso em 21 de setembro de 2019.

G1. **Dilma diz que corrupção na petrobras deveria ter sido apurada nos anos 90**. 2015. Disponível em:< <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/02/dilma-diz-que-corrupcao-na-petrobras-deveria-ter-sido-apurada-nos-anos-90.html>.> Acesso em 22 de setembro de 2019.

G1. **Rock in Rio movimentou R\$1,4 bilhão na economia da cidade**. 2017. Disponível em:<<https://g1.globo.com/musica/rock-in-rio/2017/noticia/rock-in-rio-movimentou-r14-bilhao-na-economia-da-cidade.ghtml>.> Acesso em 22 de setembro de 2019.

Junior, A. G. **Terceira Via**. 2007. Disponível em:<<https://www.infoescola.com/politica/terceira-via/.htm>> Acesso em 18 de agosto de 2019.

Martins, Carlos Eduardo. **O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas**. 2007. Revista Katálysis, Vol. 10 nº1, p.1-9.

SIGNIFICADOS. **Significados.com**. 2015. Disponível em:<<https://www.significados.com.br/cpmi/trabalho.htm>.> Acesso em 21 de agosto de 2018.

VASCONCELOS; FARIA, Amanda de, José Henrique de. **Saúde mental no trabalho: contradições e limites**. 2008. Revista Psicologia & Sociedade, nº 20 vol.3, p.453-464.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sempre ter me dado forças para enfrentar com sabedoria os desafios do dia a dia, mantendo-me firme até chegar aqui.

Agradeço em especial a minha mãe e meu pai, Sr.^a Vanderleia, ou simplesmente Vanda e ao Sr. Cicero, simplesmente Zé, que mesmo não podendo ter vivenciado, por condições objetivas e subjetivas, espaços como o da universidade, sempre batalharam e me apoiaram para que eu estivesse ocupando esse espaço, me mostrando sempre nas coisas simples a essência da vida, em muitos momentos pode até ter faltado brinquedo, um certo tipo de conforto, mas numa nos faltou amor, educação e respeito. Sair da zona rural e batalhar na cidade grande não é fácil, mas consegui, a vocês meu pai e minha mãe, o meu muito obrigado!

Agradeço a meu companheiro Reginaldo, por ter adentrado a minha vida, obrigado pelo apoio nas noites sem dormir, pelos estresses da universidade, somados ao trabalho, obrigado por permitir que construísse junto a ti, coisas que cheguei a sonhar, mas numa pensei que de fato pudesse realiza-las, a você mais uma vez, meu muito obrigado!

A minha irmã Sonaly, que amo de mais, meu muito obrigado, por sempre me apoiar e me dar força, quando mais precisei, sempre vou olhar para você com orgulho, sempre me inspirei em você, em tudo mesmo, (risos). Obrigado pelo presente chamado Lorena que você me deu, saiba que toda vez que estiver falando sobre: política, direitos ou até mesmo brigando com alguém na rua, sempre vou lembrar quando você falava que acha massa, os termos que uso para falar. Amo você irmã, muito obrigado por tudo!

Agradeço a meus amigos Amanda, Maria Aparecida (Lala), Joandson (Jôjô), que quando mais precisei estavam juntos comigo. Lala, com sua fineza sempre nos fazendo rir, falando sobre as verdades do curso, a você amiga, toda a felicidade do mundo, sucesso na sua vida, você será uma profissional maravilhosa! Amanda, obrigado por existir, nosso caso é antigo, (risos), quem diria, que aquelas duas pessoas que não se batiam muito no início do curso hoje se tornariam grandes amigos. Me faltam adjetivos para expressar a quão valiosa é a sua amizade, obrigado por tudo, por partilhar comigo, segredos, aflições, confissões, cada dia na universidade com Lala e você eram mais leves, obrigados, pelos cafés, pelos lanches, pelas risadas, pelas lágrimas derramadas, pelas noites em claro, pelo mau humor nas manhãs da UEPB, afinal ninguém merece dormir 2h da manhã e acorda de 6h da manhã, obrigado pelos chocolates (abafa!!). Quero que saiba que nem toda a distância do mundo conseguira acabar com essa amizade que resistente para além dos muros da universidade, sei que sua jornada até aqui também não foi fácil, mas saiba que lhe desejo toda a sorte do mundo, você merece, sei que você em breve estará novamente de mudança, como sei também que não será fácil, no entanto se faz necessário, pois assim como para mim, para você essa mudança significa o fim de um ciclo, sem virgulas ou reticências mas com ponto final, para que você assim como eu, possa começar a escrever um novo capítulo em nossas vidas, isso claro não quer dizer que não iremos contar novas histórias com os mesmos personagens, mas aí será em um tempo e espaço totalmente diferente, então a você alguém de fato tenho a honra de chamar de amiga, meu muito obrigado, obrigado por entrar na minha vida e por ficar, e que sigamos em frente firmes e fortes, “vamos dominar o mundo”. Agradeço também a Joandson, seu esposo, muito obrigado por toda a força, principalmente na reta final do curso, obrigado pelo apoio, pela revisão no meu trabalho (gente é sério preciso fazer um curso de informática, urgente!), meu muito obrigado, e cuide bem de Amanda, estou de olho.

Agradeço a minha supervisora acadêmica, orientadora de iniciação científica PIBIC e TCC, Tereza Cristina, obrigado por toda paciência, por partilhar de histórias, e conhecimento comigo, obrigado por ter marcado minha graduação, me tornando não só um profissional, mais uma pessoa melhor, a senhora desejo todo o sucesso do mundo. Agradeço também as professoras Thaísa e Aliceane, obrigado por todo o apoio, obrigado por me aceitarem com monitor de suas disciplinas, obrigado por todo o conhecimento partilhado, pelas dicas, pelas DR'S, pelas caronas, grato por tudo!

Agradeço a minha supervisora de campo Mônica e a Coordenadora Hilda, por terem me acolhido e colaborado ativamente com os ensinamentos transmitidos durante o estágio na Emergência Psiquiatria em Campina Grande.

Agradeço a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, e por todas as experiências que pude vivenciar aqui dentro, aos professores do Curso de Serviço Social, que contribuíram para a minha formação, agradeço a minha banca pela disponibilidade em participarem desse momento tão importante na minha trajetória profissional.

Por fim, não foi uma jornada fácil, mas consegui, e seguirei nesse caminho firme e forte, resistindo nesses tempos sombrios, pois “tudo aquilo que ofende a minha existência, eu serei resistência”, no mais, obrigado a Deus, Mãe, Pai, Esposo, Irmã, Professores, Amigos e Amigas, OBRIGADO!